

Crusoé

94

www.crusoe.com.br - 14/02/2020



EXCLUSIVO

OS SEGREDOS DE CABRAL

Crusoé revela o que o ex-governador do Rio conta em sua delação premiada sobre ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União

POR FABIO SERAPLÃO

Os segredos de Cabral

Crusoé revela o que o ex-governador do Rio conta em sua delação premiada sobre ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União

14/02/2020 02:02



FABIO SERAPIÃO

► OUVIR NOTÍCIA

A manhã do dia 29 de outubro de 2018, uma segunda-feira, trouxe outra realidade para Sérgio Cabral. Passado o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano, pela primeira vez desde o início da década de 1990, quando entrou para a vida pública, o ex-governador do Rio se deu conta de que muito em breve não teria mais qualquer influência nem no governo local nem junto ao grupo que assumiria o governo federal. Estava sozinho, sem ter a quem recorrer para encurtar sua temporada na prisão em razão da descoberta dos desvios bilionários de que participou – ele já foi sentenciado a mais de duzentos anos de cadeia. Até então, Cabral negava peremptoriamente qualquer ligação com os esquemas investigados e atribuía sua desgraça aos rivais que ganhou na vida pública. A partir daquela manhã, porém, ele concluiu que não havia outro caminho a não ser assumir o passado criminoso e colaborar com as autoridades. Os primeiros resultados da mudança de postura do ex-governador vieram na forma dos seguidos depoimentos ao juiz federal Marcelo Bretas, a quem confessou uma parte dos crimes. Em paralelo, o emedebista começou a construir o acordo de delação premiada assinado com a Polícia Federal e homologado na última quinta-feira, 6, pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal.

O acordo foi selado após várias negativas do Ministério Público Federal e ainda enfrenta resistências, especialmente do atual procurador-geral da República, Augusto Aras, que quer anulá-lo sob o argumento de que Cabral ainda está escondendo parte da fortuna que desviou. A colaboração não prevê nenhum tipo de benefício a Cabral em um primeiro momento – as benesses só virão se as informações reveladas contribuírem para investigações em andamento e outras a serem abertas. Para fechar o acordo, o ex-governador assumiu que os cerca de 380 milhões de reais encontrados em poder dos doleiros Marcelo e Renato Chebar, que atuavam como seus operadores financeiros, são provenientes de desvios. Com a admissão, os valores poderão ser devolvidos mais facilmente aos cofres públicos. Além disso, Cabral se comprometeu a entregar sua mansão

em um condomínio de luxo em Mangaratiba, no litoral do Rio, joias e outros valores depositados em contas correntes ligadas a ele e a sua mulher, a advogada Adriana Ancelmo.

Em 20 anexos, Cabral contou ao delegado Bernardo Guidali a parte de seus crimes que envolve pessoas com foro privilegiado. Neste momento, ele tenta um outro acordo, este com os promotores do estado do Rio, no qual pretende relatar em mais de 80 anexos seus crimes enquanto exercia cargos públicos na esfera estadual. **Crusoé** teve acesso a uma parte do que Cabral relata. A partir de sua parceria com outro alvo da Lava Jato, o ex-presidente da Fecomércio Orlando Diniz, ele lança suspeitas sobre negócios escusos na cúpula do Poder Judiciário e enreda dois ministros do Superior Tribunal de Justiça – Napoleão Nunes Maia e Humberto Martins – nos esquemas de corrupção de que participou. Também constam dos anexos os nomes de ministros do Tribunal de Contas da União. Os casos passam pela contratação de escritórios, alguns de filhos de ministros, em troca da obtenção de decisões favoráveis em Brasília. Diniz, o ex-parceiro de Cabral que é peça-chave nas acusações que o ex-governador faz às excelências, foi preso por ordem do juiz Marcelo Bretas em fevereiro de 2018, no decorrer de uma investigação em que procuradores buscavam entender por que a entidade que ele presidia repassou cerca de 20 milhões de reais para a banca de Adriana Ancelmo, a ex-primeira-dama do Rio, e mais 180 milhões a outros escritórios. Como **Crusoé** mostra a seguir, a delação de Cabral começa a jogar luz sobre esses pagamentos.

Os ministros do STJ

Sérgio Cabral afirma ter sido informado que Orlando Diniz, então presidente da Fecomércio do Rio, estava atuando para se proteger dos processos a que respondia no Superior Tribunal de Justiça. As ações questionavam a permanência dele no comando na entidade, posição da qual manejava uma verdadeira fortuna proveniente do chamado Sistema S. Diniz era o dono do pedaço. Foi presidente da Fecomércio de 2000 até ser preso, em 2018. A partir de 2012, ele se envolveu em uma disputa judicial com a Confederação Nacional do Comércio, a CNC. Era acusado de irregularidades na gestão das verbas que recebia do Sesc e Senac e chegou a ser afastado do cargo, mas por meio de uma liminar obtida no STJ voltou ao cargo em 2014. É nesse contexto que se inserem as informações do acordo de Cabral sobre os tribunais. O ex-governador afirma que, ao saber do desejo de Diniz de resolver os problemas no STJ, entrou na história para auxiliá-lo. E, depois, soube que Diniz pagou ao escritório do advogado Eduardo Filipe Alves Martins, filho do ministro do STJ Humberto Martins, atual corregedor nacional de Justiça, cuja atribuição é averiguar denúncias de malfeitos envolvendo magistrados de todo o país. Martins e o filho Eduardo já havia sido

citados na delação premiada do empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, mas nesse caso Edson Fachin arquivou a parte que os envolvia. Agora, na colaboração de Cabral, o capítulo que envolve o ministro foi homologado.

Com base no que diz ter ouvido do próprio Orlando Diniz, Sérgio Cabral afirma que a contratação do escritório do filho de Humberto Martins teria por finalidade obter uma decisão favorável de outro ministro do STJ, Napoleão Nunes Maia Filho. Ainda de acordo com o ex-governador, a contratação foi efetivada porque Diniz teria recebido informações sobre a possível influência de Martins em decisões de Napoleão, que naquele momento, em 2014, era relator de uma ação por meio da qual Diniz tentava retornar ao comando da Fecomércio. Para entrar no caso, o escritório do filho de Humberto Martins recebeu cerca de 20 milhões de reais. Não é possível estabelecer relação de causa e efeito entre uma coisa e outra, mas após uma parte do pagamento ser feita, e dias depois de Eduardo Martins entrar como advogado em um dos processos da Fecomércio, Napoleão Maia concedeu uma liminar favorável a Diniz e o reconduziu ao comando da entidade, em 22 de maio de 2014.

Ministro do STJ desde 2007, Napoleão ganhou os holofotes durante o julgamento da cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral, onde tinha assento àquela altura. Enquanto o julgamento corria, o filho dele foi barrado na entrada do plenário ao tentar lhe entregar um envelope. O Antagonista registrou o episódio. E, de imediato, Napoleão protestou invocando a “ira do profeta” contra aqueles que ousavam lançar suspeitas sobre a sua integridade. Em uma cena incomum, de sua cadeira no plenário, tomado de raiva e ao microfone, levou as mãos ao pescoço sugerindo que seus detratores deveriam ser degolados. No mesmo discurso, o ministro também rechaçou informações de que havia sido citado nas delações de executivos da OAS e da JBS. “Com a medida com que me medem serão medidos, e sobre ele desabe a ira do profeta’. É uma anátema islâmica. Não vou dizer o que é. Vou fazer um gesto do que é a ira do profeta. É o que eu desejo, que sobre eles desabe a ira do profeta. Sou inocente de tudo isso, estou sendo injustamente, perniciosamente, sorrateiramente, desavergonhadamente prejudicado”, afirmou na ocasião.

Processos no TCU

Sérgio Cabral afirma ter indicado o advogado Tiago Cedraz para atuar em favor de Orlando Diniz nos processos a que ele respondia no Tribunal de Contas da União, o TCU. Tiago é filho de Aroldo Cedraz, ministro da corte e ex-presidente do tribunal. As informações prestadas por Cabral sobre Cedraz também se relacionam à disputa travada entre Diniz e a CNC. Como [mostrou a edição 84](#) de **Crusoé**, em proposta de delação entregue ao Ministério Público Federal, o próprio Diniz já havia relatado a atuação do ex-governador emedebista

na contratação do advogado e na defesa dos interesses da Fecomércio junto ao TCU. Em um dos capítulos, ele detalhou as negociações para a contratação de Cedraz e sua atuação junto ao pai no tribunal – o relato é similar ao que Cabral apresenta em sua delação. O contrato, firmado após o próprio ex-governador participar das tratativas, rendeu 13 milhões de reais ao filho do ministro do TCU. Sérgio Cabral afirma que os repasses milionários da Fecomércio ao escritório de Tiago Cedraz eram uma forma de garantir o apoio de seu pai, Aroldo, nos processos que corriam no tribunal e preocupavam Orlando Diniz.

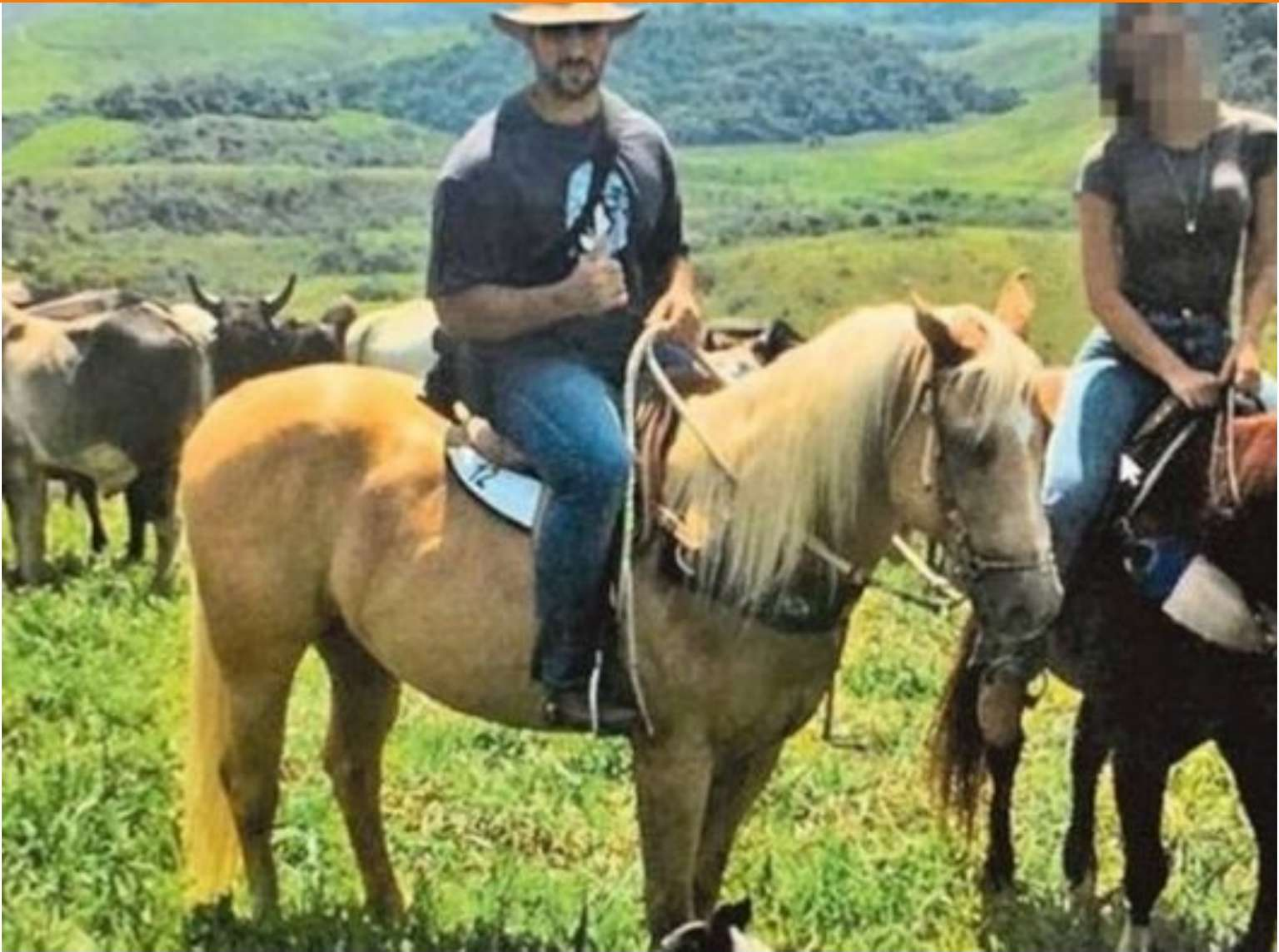
Mais ministros

Sérgio Cabral também afirma em seu acordo de colaboração ter mantido reuniões com o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União. Os encontros teriam sido registrados em agendas do político e, segundo ele, igualmente estão relacionados ao esforço para ajudar Orlando Diniz na disputa pelo comando da milionária Fecomércio. O ex-governador afirma que Bruno Dantas e outro ministro, Vital do Rêgo, passaram a receber pagamentos mensais de Diniz para “proteger” a entidade nos processos em curso na corte. Ligado no passado a Renan Calheiros, Dantas é visto como um dos principais adversários da Lava Jato no Tribunal de Contas. Foi dele, por exemplo, a ordem para que fosse feita uma devassa na Receita Federal após o vazamento de informação sobre investigações fiscais contra agentes públicos, entre eles, familiares e ministros de cortes superiores. Vital do Rêgo, por sua vez, foi citado em outros acordos de colaboração na Lava Jato e virou alvo de investigação na Procuradoria-Geral da República. Uma delas, sobre o suposto recebimento de propina à época em que era senador, foi arquivada pelo Supremo. Mais recentemente, em novembro de 2019, o ministro foi intimado a depor em uma investigação sobre pagamentos de propina pela JBS.

A mulher

Na última semana, pela primeira vez Sérgio Cabral confessou ao juiz Marcelo Bretas que sua mulher, a advogada Adriana Ancelmo, tinha conhecimento sobre os seus crimes e que sabia do caixa paralelo no escritório de advocacia em que ela era sócia. “Ela sabia que meus gastos eram incompatíveis com a minha receita formal”, afirmou. Adriana, em nota, negou. Em sua delação, Cabral vai mais além na acusação contra a primeira-dama. Ele diz que a contratação do escritório de Adriana Ancelmo pela Fecomércio de seu aliado Orlando Diniz teve relação com a necessidade de angariar apoio em decisões no STJ. Extraoficialmente, afirma, Adriana teria atuado inclusive no processo em que Diniz conseguiu se manter no comando da Fecomércio graças a uma liminar de Napoleão Maia.

Crusoé procurou os citados na delação. Napoleão Maia, por meio da assessoria do STJ, afirmou que nunca falou com seu colega Humberto Martins sobre “qualquer processo dos referidos na matéria cogitada”. Ainda segundo a nota, o advogado Eduardo Martins “obteve sucesso em alguns pleitos e insucesso em outros, como faz parte de qualquer carreira.”. “Além disso, nunca falei com Orlando Diniz na minha vida”, disse o ministro, de acordo com o texto. Humberto Martins afirmou não ter ciência sobre o acordo de Cabral, mas disse ter tomado conhecimento de que o Ministério Público Federal se negou a aceitar a delação por “inexistir credibilidade de boa-fé por parte do interessado” — no caso, Cabral. Indagada sobre a afirmação do ex-governador em relação à contratação do escritório de seu filho, a assessoria do ministro disse que não daria mais declarações. O ministro Vital do Rêgo, do TCU, respondeu que não iria comentar as acusações e atacou Cabral. Disse tratar-se de alguém com “reiteradas condenações criminais”. Seu colega de corte, Bruno Dantas, disse que não comentaria “injúrias movidas pelo desespero ou pela sordidez”. Até o fechamento desta edição, a assessoria do TCU não havia conseguido contato com o ministro Aroldo Cedraz.



Adriano com a namorada na fazenda onde esteve escondido, na Bahia: sempre armado

Poder paralelo

Como funciona o Escritório do Crime, a milícia do Rio cujo chefe foi morto em uma operação na Bahia. Os celulares apreendidos podem fornecer pistas sobre as conexões da organização com a política e com a polícia

14/02/2020 02:02



HUDSON CORRÊA

► OUVIR NOTÍCIA



O ex-capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega morreu baleado pela polícia em um sítio no interior da Bahia, no dia 9, mas o seu fim não encerra as atividades do Escritório do Crime, como é conhecida a milícia que, segundo o Ministério Público, ele chefiava no Rio de Janeiro. Procurado desde o início de 2019, Adriano tinha uma rede de proteção para escapar da cadeia, segundo os promotores que o investigavam. Eles sustentam que o Escritório do Crime ainda conta com a participação de policiais da ativa e

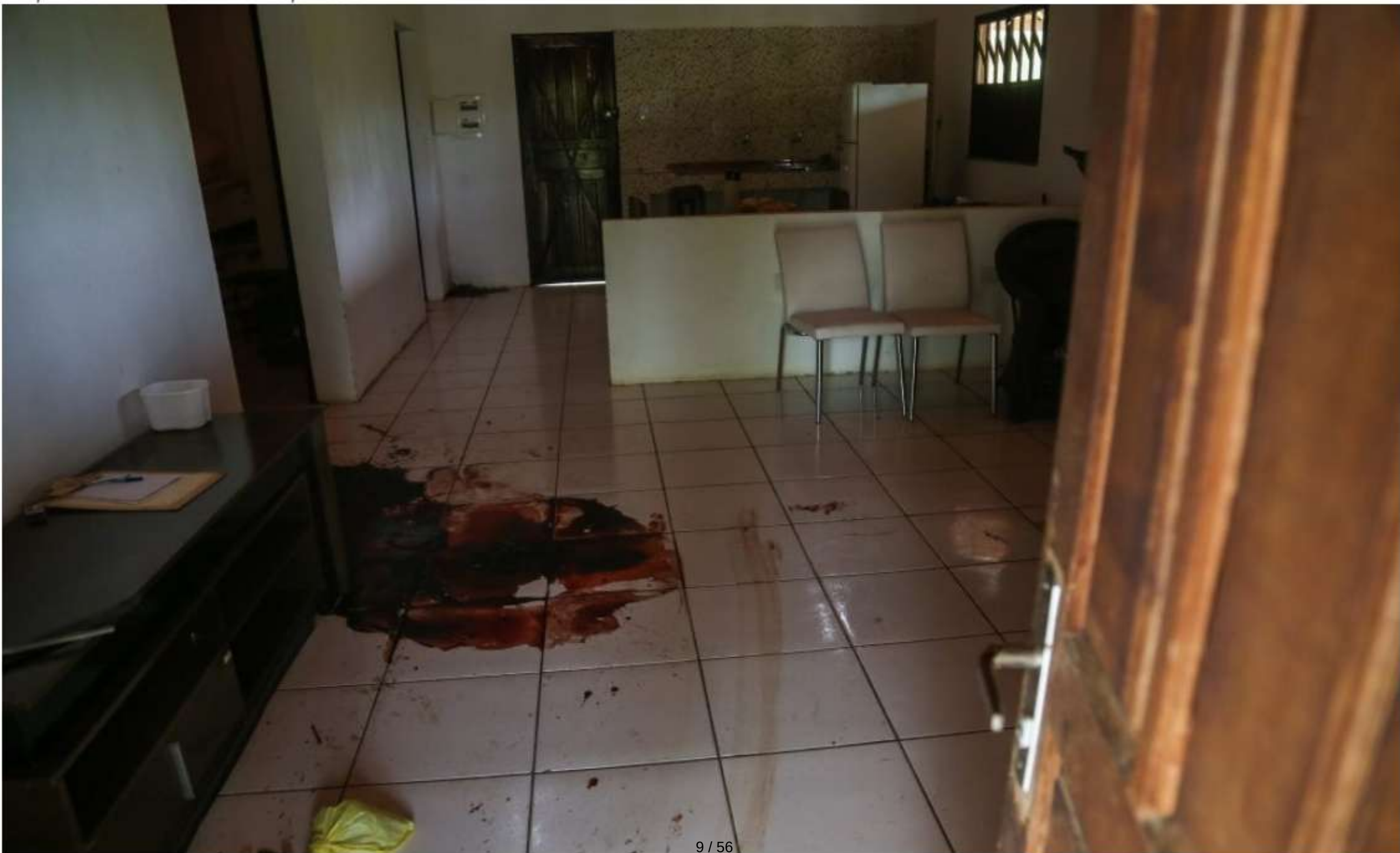
outros aposentados ou expulsos da PM. A confiança do ex-capitão em sua blindagem era tanta que ele indicou como testemunha de defesa, para depor a seu favor na Justiça, o dono da fazenda onde se escondia na Bahia. Telegrafou o seu paradeiro na certeza da impunidade.

Tudo corria bem para Adriano da Nóbrega até começar o cerco policial, no início deste mês. Alguns dias antes de morrer, ele disse ao próprio advogado que temia ser vítima de queima de arquivo. Achava que não queriam prendê-lo, mas assassiná-lo. De fato, se fosse pego com vida, Adriano teria muito para contar. Ele era bem mais do que um miliciano comum. O Escritório do Crime guarda segredos como a identidade de agentes públicos que garantiam proteção à bandidagem em troca de propina e de políticos que se elegem com votos dos currais eleitorais controlados pelas milícias. Parte disso ainda pode vir à tona. A polícia apreendeu 13 celulares com chips de diferentes operadoras no sítio onde Adriano estava. O material já chegou ao Ministério Público do Rio, que faz perícia nos aparelhos em busca de pistas e dos contatos da milícia.

A Secretaria de Segurança da Bahia ainda apura as circunstâncias da morte no sítio, encravado no município de Esplanada, distante 170 quilômetros de Salvador. Segundo os policiais que atuaram na operação, o ex-capitão reagiu à prisão com uma pistola austríaca, calibre 9 milímetros, e morreu atingido por dois tiros entre o pescoço e o tórax. A versão até aqui parece consistente, mas algumas suspeitas pairam sobre o caso.

Na quarta-feira, a mãe e duas irmãs de Adriano pediram autorização judicial para cremar o corpo. A Justiça proibiu porque o caso ainda não está esclarecido e a cremação impediria novas perícias no cadáver. Os promotores pediram exames minuciosos – incluindo o confronto das impressões digitais com os registros arquivados nos órgãos oficiais.

Raphael Muller/Folhapress



O senador Flávio Bolsonaro colocou mais lenha na fogueira numa mensagem nas redes sociais. “Há pessoas acelerando a cremação de Adriano da Nóbrega para sumir com evidências de que ele foi brutalmente assassinado na Bahia”, escreveu. A relação entre os dois era antiga. Em 2005, então deputado estadual, Flávio homenageou Adriano com a medalha Tiradentes, a mais alta honraria da Assembleia Legislativa do Rio. À época, o policial estava preso acusado de matar um guardador de carros que denunciara as milícias. Adriano foi absolvido, mas acabou expulso da PM por envolvimento com o jogo do bicho em 2014. Logo depois, teria virado ele próprio um miliciano. O ex-capitão perdeu a patente, mas não o prestígio. Era próximo do policial aposentado Fabrício Queiroz e, com a intermediação dele, conseguiu empregar a mãe e a ex-mulher no gabinete de Flávio. As duas são investigadas no inquérito que apura o “rachid” supostamente operado por Queiroz durante o mandato do filho 01 do presidente Jair Bolsonaro. Flávio nega qualquer ilegalidade.

Em janeiro de 2019, o Ministério Público denunciou Adriano e mais 12 suspeitos, entre policiais e ex-policiais, por formarem organização criminosa. O cargo de maior patente entre os denunciados era de um major da PM que continua na ativa, mesmo preso num presídio federal. Os promotores afirmam que Adriano chefiava a milícia de Rio das Pedras, favela da Zona Oeste carioca.

A quadrilha ficou conhecida como Escritório do Crime pela diversidade de delitos que praticava. Geralmente, os milicianos dominam bairros e favelas para extorquir moradores. Cobram as mais diversas taxas para fornecer de gás de cozinha, internet, TV a cabo, transporte alternativo de vans e até cestas básicas. O Escritório do Crime foi além disso. Entrou também no ramo de grilagem de terra e passou a construir prédios, a seu modo, para faturar, expondo a risco os moradores – o desabamento de um desses prédios, na favela da Muzema, matou 24 pessoas em abril de 2019. A milícia ainda fazia agiotagem, ligações clandestinas de energia e, claro, pagava propina a policiais e a fiscais para evitar problemas com a lei. Também lavava dinheiro em restaurantes, lojas e, suspeita-se, na criação de cavalos, uma das paixões de Adriano da Nóbrega.

Em outra frente de negócios, o Escritório do Crime tinha uma agência de pistolagem para eliminar quem desafiasse suas ordens, incluindo os parceiros milicianos que cometessem erros. O MP fala em “vários homicídios”, sem citar um número preciso. Na ação penal contra Adriano, os promotores denunciam apenas um assassinato, mas o episódio dá uma ideia das atrocidades cometidas. A vítima, o miliciano Júlio de Araújo, atuava na quadrilha desde os 15 anos de idade, vangloriava-se de ter matado ao menos dez pessoas, mas cometeu um

erro no último assassinato, em setembro de 2015: deixou que a polícia encontrasse o corpo na favela. A “falha” custou a vida do assassino no mesmo dia.

Reprodução/redes sociais



Queiroz e Flávio Bolsonaro: mãe e ex-mulher de Adriano foram nomeadas na Alerj

O desenrolar do caso dá mostras do poder da milícia. Chamada a depor depois de apontar pistas sobre o assassinato, uma testemunha recuou do que havia dito na frente das autoridades. Mesmo com os chefes dos milicianos presos e Adriano foragido, ela recorreu à lei do silêncio. Disse que desconhecia a atuação da milícia na favela e que nada mais sabia sobre os personagens que citara antes. Para os promotores, foi intimidada, um forte indício de que o Escritório do Crime continua em franca atividade. As milícias costumam matar quem testemunha contra elas e, por isso, chegam a ser mais temidas até do que os traficantes de drogas.

Os milicianos ganharam força no Rio de Janeiro no começo dos anos 2000. A quadrilha de Rio das Pedras foi a pioneira, mas naquela época Adriano ainda não era o chefe. Tinha pouco tempo de polícia, dedicava-se a cursos de tiro e logo entraria para o Bope, a tropa de elite da PM. Nos anos seguintes, a milícia ampliaria o controle de áreas dentro da cidade do Rio, principalmente na Zona Oeste. Um relatório do começo de fevereiro aponta que a penitenciária Bandeira Stampa, reservada a milicianos presos e que abriga atualmente 586 detentos, é comandada por ao menos 30 lideranças. As autoridades não têm estatísticas sobre as centenas de integrantes de milícias que ainda estão em liberdade. Um relatório da PM produzido em janeiro mostra que esses grupos vêm se associando ao tráfico de drogas — o inimigo virou parceiro.

Assim como os demais chefões de milícia, Adriano não dispensava a vida de luxo mesmo com a polícia em seu encalço. Ele alugou uma casa em um condomínio da Costa do Sauípe, no litoral baiano, onde passou o Réveillon com a namorada. No começo de fevereiro, a polícia cercou o imóvel, mas Adriano conseguiu fugir e deixou para trás uma carteira de identidade falsa do Ceará. Após a fuga, o ex-capitão se hospedou na fazenda do pecuarista Leandro Abreu Guimarães, que promove vaquejadas, em Esplanada. Guimarães diria mais tarde, em depoimento à polícia, que passou a véspera do Ano Novo com Adriano, em Sauípe. Afirmou que o conhecia como criador de cavalos e não sabia de seu envolvimento com milícias. Documento obtido por **Crusoé**, porém, aponta uma contradição nessa versão: em 21 de outubro, Guimarães foi intimado a depor como testemunha da defesa de Adriano na ação penal sobre o Escritório do Crime. É um sinal de que ele sabia das atividades do ex-capitão.

Ao indicar o pecuarista como testemunha, Adriano acabou por oferecer ao Ministério Público uma pista sobre o seu paradeiro, no interior da Bahia. O advogado Paulo Emílio Catta Preta, que defendia o miliciano, disse que o depoimento do fazendeiro seria importante para provar que Adriano exercia atividade lícita de pecuária. As pistas foram aos poucos convergindo. A polícia foi à fazenda de Guimarães, mas o miliciano escapara na véspera. Ao ser ouvido após a morte de Adriano, o pecuarista afirmou que, na noite de sábado, o miliciano ficou nervoso ao receber um chamado no celular – depois se descobriu que a namorada dele, que havia ido visitá-lo em Esplanada, havia sido parada em uma blitz da Polícia Rodoviária Federal na volta para o Rio de Janeiro. Guimarães disse que o miliciano o ameaçou de morte e exigiu que ele o levasse até um sítio a 10 quilômetros de distância da fazenda. Na manhã de domingo, dia 9, a PM baiana cercou o local. Três policiais entraram na casa onde o ex-capitão estava escondido. Um deles carregava um escudo à prova de balas, atingido por disparos supostamente efetuados por Adriano, que, segundo a versão oficial, morreu em confronto. Tiros foram dados a curta distância.

Leandro Guimarães, o pecuarista que ajudou na fuga do miliciano, tornou-se peça chave da investigação. Ele pode ajudar, por exemplo, na descoberta dos negócios de Adriano na Bahia. Também pode fornecer pistas sobre os contatos que o ex-policial mantinha. Longe do lugarejo baiano onde o ex-capitão foi morto, no Rio os promotores agora têm a missão de escarafunchar tudo o que for possível nos celulares apreendidos e, quem sabe, avançar sobre os braços ainda vivos – e bem vivos – da milícia.



Gastos injustificáveis ainda fazem parte do cotidiano dos parlamentares que foram eleitos prometendo fazer diferente

O velho novo

Um ano após a posse do Congresso, o mais renovado da história, os números mostram que os parlamentares novatos ainda não conseguem vencer alguns hábitos da velha política

14/02/2020 00:30



HELENA MADER



IGOR GADELHA

► OUVIR NOTÍCIA

O discurso de combate à velha política e de depreciação dos partidos catapultou a candidatura de boa parte dos novatos do Congresso Nacional. A eleição de 2018 registrou uma renovação recorde na Câmara dos Deputados e no Senado. Mas os ares frescos não mudaram as estruturas e práticas do Congresso como se imaginava – e como deveriam. Entre os neófitos, alguns seguiram os mais arcaicos receituários, caracterizados por gabinetes e gastos inchados. Outros sujeitaram-se à conjuntura outrora tão atacada, a fim de destacar-se nos trabalhos legislativos, relatar grandes temas e aprovar projetos. Para a maioria dos novatos, 2019 constituiu um choque de realidade. Quem dedicou o primeiro ano de legislatura a atacar o sistema e a esbravejar contra caciques do Congresso ganhou seguidores e audiência, mas se ressentiu da falta de poder de articulação.

A face mais clara da rendição ao status quo são os gastos da verba parlamentar, o chamado cotão. **Crusoé** fez um levantamento das despesas dos deputados, entre titulares e suplentes que em algum momento assumiram o mandato no ano passado. Separou os que já haviam exercido o cargo de federal no passado dos que pisaram na Câmara como representantes pela primeira vez em 2019. As estatísticas mostram o abismo entre o discurso e a prática. Entre os 282 parlamentares que haviam passado pelo cargo, o gasto total com o cotão foi de 95,1 milhões de reais, uma média de 337,4 mil reais por deputado. Os novatos que estrearam no Congresso no ano passado torraram juntos 80,2 milhões de reais, o que representa um valor médio de 313,6 mil reais para cada um – montante muito próximo do registrado pela turma da velha política.

A novata que mais recorreu à generosidade dos cofres públicos foi Jaqueline Cassol, do PP de Rondônia. Embora tenha um pé na política tradicional – ela é irmã do ex-governador e ex-senador Ivo Cassol, condenado por fraude a licitações – Jaqueline foi eleita em seu estado prometendo adotar novas práticas. Não foi o que se viu, no entanto. Estreou na Câmara com despesas de 474 mil reais. A bolada foi usada para fazer publicidade do mandato, comprar passagens aéreas, combustível, enviar cartas e alugar carros. A assessoria da deputada alega que não há ilegalidade nos gastos, mas garantiu que, este ano, “o planejamento seguirá outros modelos”. É o que se espera não só dela, como de outros que deixaram a bandeira da renovação desbotar logo no ano inaugural do mandato.

Os gastos excessivos de parlamentares repetem-se independentemente de matizes ideológicos e colorações partidárias. Marília Arraes, do PT de Pernambuco, chegou à Câmara no ano passado como representante do que tentou vender como “renovação petista”. Em 2019, ela gastou 433,6 mil reais da cota parlamentar. A principal despesa foi com bilhetes aéreos. Os gastos com passagens da deputada chegaram a quase 98 mil reais. Só em maio, o gabinete da deputada emitiu 24 bilhetes – alguns de ida e volta –, o que

representa quase uma viagem por dia para ela e seus assessores. A petista também gastou até 10,8 mil reais por mês com o aluguel de carros, valor repassado a uma locadora de veículos localizada a 400 quilômetros de Recife. Assim como Marília Arraes, Coronel Chrisóstomo, do PSL de Rondônia, também desembarcou na casa com o discurso de combate à velha política. No ano passado, o policial militar fez despesas que somaram 455 mil reais. Só em abril, o seu gabinete emitiu 16 bilhetes aéreos. A preferência do parlamentar, contudo, foi pela contratação de empresas para divulgar atividades do seu mandato, como aluguel de outdoor em Rondônia, ao custo de 7,1 mil reais.

Os novos senadores também desfrutaram com abundância de recursos públicos. A reportagem analisou os gastos dos 54 parlamentares que iniciaram o mandato de oito anos em 2019 e gastaram dinheiro da cota. Entre os que já haviam passado anteriormente pelo Congresso Nacional, as despesas somaram 10,6 milhões de reais, uma média de 345,1 mil reais. Já os novatos usaram 4,3 milhões de reais no ano de estreia no Congresso, uma média de 226,5 mil reais por parlamentar.



novata Marília Arraes, do PT, torrou R\$ 98 mil com passagens aéreas

Desde a Odisseia, séculos antes de Cristo, Homero já constatava o encantamento por tudo o que se apresenta como novidade: “o número musical mais aplaudido era sempre o mais recente”, dizia. O “novo” pode magnetizar multidões, mas é preciso que a prática acompanhe a fama. Ninguém prega que o parlamentar não possa dispor de recursos para estruturar o mandato que lhe foi outorgado pelo povo. Mas excessos são injustificáveis. E o exemplo deveria vir de quem, durante a campanha, prometeu fazer diferente quando chegasse lá. Há casos bem-sucedidos de parlamentares que prescindiram de suas verbas de

gabinete e, mesmo assim, conseguiram exercer o mandato a contento. Por exemplo, só no primeiro semestre do ano passado, oito deputados do partido Novo haviam conseguido poupar 5 milhões de reais em verbas da Câmara. Não há notícia de que a economia tenha gerado graves prejuízos ao exercício da função. Outros 45 parlamentares (28 deputados e 17 senadores) abriram mão de auxílios, entre os quais o famigerado auxílio-moradia – e, até onde se sabe, todos sobreviveram sem o recurso.

Outro levantamento feito por **Crusoé** mostra que, dos 5,3 mil projetos apresentados por deputados federais no ano passado, só sete foram apreciados e aprovados. E, entre esses, dois eram de autoria de parlamentares estreantes. Paula Belmonte, do Cidadania do Distrito Federal, e Luiz Lima, do PSL do Rio de Janeiro, conseguiram o feito graças a muita negociação com colegas. Eleito pelo mesmo partido de Jair Bolsonaro, Lima adotou estilo diferente da maioria dos correligionários. Não costuma protagonizar *lives* e vídeos com ataques à oposição e à cúpula da Câmara, conversa com colegas, independentemente de partidos, e tem uma visão crítica quanto à atuação parlamentar totalmente focada em redes sociais. Graças à diplomacia, emplacou um projeto que facilita o divórcio de vítimas de violência. “O deputado tem duas opções: ou se torna alguém capaz de colaborar com as políticas públicas ou gasta tempo em redes sociais preocupado em se reeleger. Até dá para fazer as duas coisas, mas quem fica muito focado em fazer barulho corre o risco de não aprovar projetos e de não entrar nas grandes discussões”, diz Lima, ex-atleta da equipe olímpica de natação do Brasil. Para conseguir emplacar sua proposta, o deputado do PSL procurou os líderes partidários e Rodrigo Maia. “Ele é o presidente da Câmara. Não podemos perder oportunidades de fazer a diferença na vida dos brasileiros. E, para isso, é preciso conversar e negociar”, acrescenta.

Na Câmara, outros deputados de primeiro mandato buscaram apadrinhamento para conquistar espaço. Pelas normas vigentes, as vagas nas principais comissões são distribuídas pela regra da proporcionalidade: quanto maior a bancada da legenda, mais espaços ela terá. O comando desses colegiados e as relatorias de matérias importantes, no entanto, são definidos pelo presidente da casa. Maia costuma privilegiar partidos do Centrão e os da oposição que apoiaram sua eleição. Mas há também espaço para novatos que se aproximam dele. Foi o caso, por exemplo, dos deputados Tabata Amaral, do PDT de São Paulo, e Felipe Rigoni, do PSB do Espírito Santo. Os dois foram designados por Rodrigo Maia para cuidar de projetos na área social.

O deputado Marcelo Ramos, do PL do Amazonas, também teve de recorrer aos préstimos de Maia. Em seu primeiro mandato na Câmara, Ramos presidiu duas comissões especiais importantes: a da reforma da Previdência e, agora, do colegiado que analisa a PEC da

segunda instância. Ramos diz ter feito o “dever de casa”. Logo após a eleição, veio a Brasília para conhecer Rodrigo Maia, que, àquela altura, era nome certo para o comando da casa. Para isso, contou com a ajuda do deputado Orlando Silva, do PCdoB paulista, o principal aliado do presidente da Câmara hoje na oposição. “Depois, mapeei quem eram os líderes e procurei os players principais”, conta Ramos a **Crusoé**. Em outras palavras, o deputado sabia que precisaria do apoio desses caciques políticos para conseguir espaço no curto prazo. O parlamentar do PL admite que muitas coisas só andam na casa com as bençãos de quem preside a Câmara.

Foi após ganhar a confiança de Maia que o também deputado de primeiro mandato, Geninho Zuliani, do DEM de São Paulo, conquistou a relatoria do novo marco legal do saneamento, um dos grandes temas debatidos na Câmara em 2019. Para emplacar a relatoria do pacote anticrime no grupo de trabalho composto para discutir as propostas do ministro da Justiça, Sergio Moro, o líder da bancada da segurança pública, também conhecida como “bancada da bala”, Capitão Augusto, seguiu o mesmo script. “Pedi a relatoria ao Rodrigo Maia, o que era uma coisa natural, já que o pacote tinha propostas totalmente relacionadas ao tema da segurança pública”, explica o parlamentar. O apoio também parte dos grandes líderes partidários, especialmente os do Centrão. A escolha de Domingos Neto, do PSD do Ceará, para relatar o Orçamento de 2020, por exemplo, teve a costura de Elmar Nascimento, líder do DEM.

Adriano Machado/Crusoé



Parlamentares da nova política recorrem a Rodrigo Maia por espaço na casa

Resta saber, em todos esses casos, o que foi negociado em troca. O problema nunca foi a política, mas a politicagem. Nem os normais acordos de bastidores, mas os conchavos inconfessáveis. O problema também não é o presidente da Câmara, qualquer que seja ele, ter poder. Mas como ele o exerce. Quem está à margem do jogo tenta se virar como pode. O líder do Partido Novo na Câmara, Paulo Ganime, lamenta que a influência da sigla seja hoje limitada. Mas diz que o fato de contar com uma “equipe técnica qualificada” e uma “bancada unida” faz com que a legenda lucre politicamente de outras formas. Segundo Ganime, as grandes vitórias do partido em 2019 foram a aprovação de temas defendidos pela sigla, como a reforma da Previdência, a MP da liberdade econômica, a abertura do mercado de aviação civil e o marco do saneamento. Há, de fato, algo de novo no Congresso. Mas, ao menos por ora, a velha política e os seus velhos hábitos continuam a ditar os rumos.



Sob o argumento da geração de empregos e da arrecadação de tributos, o lobby do jogo de azar avança no Congresso

Jogo explícito

Antes moderado, o lobby no Congresso Nacional para liberar cassinos no Brasil é cada vez mais escancarado, e desta vez deve funcionar

14/02/2020 02:02



RENATO ALVES

► OUVIR NOTÍCIA



Os olhos da deputada federal Magda Mofatto cintilam quando ela fala sobre cassinos no Brasil. “O país precisa disso. É o maior gerador de empregos, pois não para, precisa de gente trabalhando o tempo inteiro.” Dona de doze hotéis que somam 15.500 leitos em Caldas Novas, município goiano famoso por suas águas quentes, a parlamentar do PL tem um terreno do tamanho de 20 campos de futebol na entrada da cidade destinado a um resort com cassino. Contando com investimento estrangeiro e a disposição dos colegas

parlamentares, ela mantém contato com empresários de Las Vegas, onde esteve com congressistas brasileiros favoráveis à legalização dos jogos de azar. O grupo aposta que um projeto de lei sobre o tema será colocado em votação em breve, conforme prometido pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Unidos no notório Centrão, dono de pouco mais de 200 votos na Câmara, os defensores da legalização dos jogos nunca falaram tão abertamente sobre o tema. Eles jogam juntos e, em geral, afinados. Argumentam que, com a medida, podem ser criados até 700 mil empregos e arrecadados 30 bilhões de reais em tributos em todo o país por ano. Só não há consenso sobre o alcance da lei. O grupo se divide entre os que querem a liberação de várias modalidades — incluindo bingos eletrônicos e o popular jogo do bicho — e aqueles que defendem apenas a volta dos cassinos, por considerar que um texto mais restritivo enfrentaria menor resistência.

O sempre investigado Paulinho da Força é um dos representantes do lobby dos jogos na Câmara. Deputado por São Paulo e presidente nacional do Solidariedade, ele implorou ao presidente Jair Bolsonaro, em um almoço no fim do ano passado, para regulamentar a atividade. Paulinho jura pensar apenas na geração de emprego e renda. Ele, que joga no time dos que pedem a liberação total, também veste a camisa de grupos espanhóis que dominam o comércio de máquinas caça-níqueis — os bingos eletrônicos — na Europa e no México e lucraram com o jogo no Brasil nos anos 1990 e 2000, quando o negócio não era criminalizado. “Já conversei muito com eles. Têm total interesse em investir no Brasil de novo”, afirmou o deputado a **Crusoé**. À frente de um desses grupos com os quais Paulinho fala, está a família Ortiz, que saiu do Brasil quando o STF tornou ilegais todos os bingos, em 2007. Alejandro Ortiz e seu irmão Johnny fundaram duas companhias no exterior, a Ortiz e a Zitro, líderes do setor na Europa. “Tenho meu interesse próprio como jogador. Sim, eu jogo nas maquininhas toda vez que vou a São Paulo, antes das peladas de futebol com amigos. Lá tem maquininha em todo botequim. Todo mundo sabe disso. Só quem não ganha é o Estado”, afirma Paulinho. Ele diz ganhar com as apostas “o suficiente para pagar a cerveja depois da pelada”.



Paulinho da Força veste a camisa de empresários das máquinas caça-níquel

O líder do PP na Câmara, deputado Arthur Lira, é outro defensor do libera-geral. Ele emula o pai, Benedito de Lira, que, em 2017, quando era dono de uma cadeira no Senado, assinou um relatório favorável à legalização do jogo do bicho, do bingo, do videobingo, de apostas esportivas e não esportivas e de cassinos. Pai e filho também estão unidos pela Lava Jato — aliás, se há algo em comum entre os mais proeminentes apoiadores dos cassinos no Brasil é o fato de eles serem encalacrados com a Justiça. Arthur é réu em dois processos no Supremo, além de ser acusado pela ex-mulher de ocultar um patrimônio de 40 milhões de reais construído, segundo ela, por meio de propina. Benedito foi alvo de duas denúncias, uma arquivada e a outra, a do chamado “quadrilhão do PP”, ainda não julgada.

Arthur e Benedito de Lira, que representam Alagoas, argumentam que os jogos aqueceriam o turismo a ponto de acabar com o desemprego no Nordeste do país. É a mesma pregação do deputado Newton Cardoso Jr., do MDB mineiro, só que em favor de Minas Gerais. Presidente da Comissão de Turismo, ele foi um dos principais responsáveis por convencer Rodrigo Maia a colocar o projeto de legalização em votação ainda no primeiro semestre. Newtinho, como é conhecido por ser filho do lendário Newtão — Newton Cardoso, o enrolado ex-governador de Minas — abraçou os planos ambiciosos e milionários de investidores asiáticos, como a Shun Tak Holdings, dona de alguns dos maiores cassinos da Ásia e da Europa. Newtão e Newtinho entendem de negócios. A família tem uma fortuna estimada em 3 bilhões de reais — grande parte em terras à espera de investimentos –, conquistada por meio de transações escusas, conforme uma série de investigações do Ministério Público.

Do mesmo MDB de Newton Cardoso Jr., o paulista Herculano Passos exalta os modelos de Las Vegas, Macau e Singapura, em consonância com o projeto que o Centrão quer logo aprovar. Um deles seria instalado, de preferência, em Itu, da qual Passos foi prefeito por dois mandatos e onde tem restaurantes, casas, prédios e lotes. Ele, assim como os outros integrantes da bancada do jogo no Congresso, também tem contas a prestar à Justiça. No ano passado, o Superior Tribunal de Justiça manteve a sua condenação por suposto direcionamento na compra de cestas básicas quando era prefeito de Itu, em 2005. Ele foi sentenciado à suspensão dos direitos políticos por cinco anos, além de multa, mas não foi afastado do mandato porque a sentença ainda não transitou em julgado.

Reprodução/Twitter



Newton Cardoso Jr. com o pai: deputado joga pela liberação dos cassinos

Liberados no governo de Getúlio Vargas, os cassinos fizeram parte do cotidiano de brasileiros endinheirados nas décadas de 1930 e 1940, até que um decreto presidencial fechou os 70 estabelecimentos existentes no país. Desde o fim da ditadura militar, a ideia de legalizar os jogos de azar vai e volta, com mais ou menos força, a cada governo. Em 1993, a Lei Zico legalizou os bingos eletrônicos, sob a justificativa de recolher impostos e estimular os esportes olímpicos. No entanto, em 2004, em meio a denúncias de corrupção, com máfias comandando a jogatina e entidades que seriam beneficiadas com percentual do lucro das casas sem ver a cor do dinheiro, Lula decretou o fechamento de mais de 1.100 bingos. Em 2007, o STF jogou a atividade na ilegalidade de vez — algumas casas ainda funcionavam protegidas por liminares. O próprio Lula mudou de ideia poucos anos depois, ao cunhar o termo “desbanditizar”, para embalar a proposta de legalização não só de bingos como de todos os jogos no país. Embora tenha recebido o apoio do governo Dilma Rousseff, o projeto ficou em banho-maria até este ano. Durante a tentativa de obter o libera-geral nos anos em que o PT esteve no poder, petistas de proa, como Waldomiro Diniz, ex-auxiliar de José Dirceu na Casa Civil, foram pilhados em relações heterodoxas com o submundo da

jogatina.

Agora, os parlamentares do Centrão enxergam uma nova oportunidade com a mudança de postura do presidente Jair Bolsonaro. Durante a campanha de 2018, o então candidato nem sequer admitia discutir o assunto. “Nós sabemos que o cassino aqui no Brasil, se tivesse, seria uma grande lavanderia, serviria para lavar dinheiro. E também para destruir famílias. Muita gente iria se entregar ao jogo e casos se fariam presentes no seio das famílias aqui no Brasil”, afirmou Bolsonaro em uma das suas lives no Facebook. Hoje, o presidente demonstra flexibilidade ao abordar o tema. Ele já defende, por exemplo, que cada estado possa estabelecer suas regras. De acordo com auxiliares, Bolsonaro se rendeu aos argumentos de que bingos e cassinos legalizados são potenciais geradores de emprego e renda, além de contribuir para o turismo nacional. Rodrigo Maia estuda levar ao plenário um projeto de lei de 1991, que recebeu alterações até 2015, quando ficou pronto para ser votado. Pela proposta, apenas os cassinos estariam liberados.

O senador Flávio Bolsonaro, filho 01 do presidente, esteve em Las Vegas em janeiro, com dinheiro do Senado, para se encontrar com representantes de casas de jogos. Entre eles, o empresário salvadorenho Mario Guardado, diretor de um cassino na cidade e um dos maiores lobistas pela legalização dos jogos de azar no Brasil. Flávio também se reuniu com diretores da Las Vegas Sand Corporation, de propriedade de Sheldon Adelson, o bilionário que contribuiu com 25 milhões de dólares para a campanha de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos — o maior doador individual do republicano. “Resorts integrados, como os existentes em Singapura, por exemplo, geram milhares de empregos e alimentam toda uma cadeia produtiva, num curto espaço de tempo. Fizemos mais uma importante reunião, em que grandes empresas reforçaram a disposição de investir bilhões no Brasil, desde que regulemos o assunto para que tenham transparência e segurança jurídica”, disse Flávio, em vídeo gravado em um dos corredores do cassino Venetian e publicado no Instagram. Em março do ano passado, os cassinos em território brasileiro já haviam sido tema de conversa entre Jair Bolsonaro e Trump, em Washington. Para convencer seu eleitorado, principalmente o evangélico, os Bolsonaro citam o potencial da Costa Verde — no litoral sul do Rio de Janeiro, onde a família presidencial tem casa — como um lugar para receber cassinos à beira-mar.



Crivella convenceu parte da bancada evangélica a dizer "amém" à jogatina

Parte da bancada evangélica já diz amém à proposta, graças ao lobby iniciado pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, e abençoado pelo deputado Marcos Pereira, vice-presidente da Câmara, seu colega de Republicanos. Sob alegação de que os cassinos podem ajudar a alavancar a economia do Rio e contribuir para que a cidade e o estado saiam do atoleiro, Pereira, que assim como Crivella é bispo licenciado da Igreja Universal, agora tenta convencer o restante da bancada. A equipe do prefeito carioca propaga que, com os cassinos, o turismo injetaria 27 bilhões de reais por ano apenas no estado do Rio.

Os números, no entanto, não encantam o líder da frente evangélica na Câmara, o deputado Silas Câmara, do Republicanos. "Presidente, partido, bancada, nada nos fará mudar de opinião. Isso é uma questão de princípio, é um tema sem discussão. Jogo está relacionado a vício, destruição de família, exploração infantil, corrupção, consumo de drogas, tudo de ruim contra o que lutamos", afirma o pastor da Igreja Assembleia de Deus, que é apadrinhado por Silas Malafaia. Outros deputados membros da Assembleia de Deus na Câmara, como Sóstenes Cavalcante, do DEM, e Marco Feliciano, do Podemos, engrossam o coro. Para o grupo, além de alimentar o vício, as casas estão ligadas a máfias internacionais e servem para lavar dinheiro de atividades criminosas e enviar irregularmente divisas para paraísos fiscais. Nesse front, eles têm como aliada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, mas a disputa nunca esteve tão desequilibrada como agora. O lobby dos cassinos joga pesado.



Sanders: o pré-candidato que se diz "socialista democrático" assusta os independentes ricos

O socialista no caminho

Bernie Sanders seduz os jovens americanos, mas a sua candidatura pode prejudicar os democratas na corrida presidencial

14/02/2020 02:02



DUDA TEIXEIRA

► OUVIR NOTÍCIA



O pré-candidato democrata Bernie Sanders, de 78 anos, é pelos números atuais o mais provável adversário do presidente Donald Trump nas eleições de novembro. Sanders foi o vencedor da eleição primária do Partido Democrata em New Hampshire na terça, 11, com 26% dos votos. Uma semana antes, com a mesma fatia de votos, ele empatou com Pete Buttigieg nas primárias de Iowa. Na média das pesquisas eleitorais, Sanders tem 24%, quatro pontos percentuais à frente do segundo colocado, Joe Biden, em queda nas pesquisas.

O temor entre muitos moderados é que, se os delegados do Partido Democrata referendarem, na convenção de julho, o nome de Bernie Sanders para a disputa com Trump, o partido estaria enterrando o seu futuro próximo e distante. Sanders teria poucas chances de vencer o atual presidente e ainda é acusado de jogar contra o Partido Democrata.

O mais velho pré-candidato democrata, que teve um ataque cardíaco no ano passado, é apoiado principalmente por jovens. Trata-se do “Paradoxo Sanders”. Segundo uma pesquisa da Pew Research, 40% de todos os eleitores com menos de trinta anos aplaudem o senador. Eles estão insatisfeitos com o establishment democrata e clamam por mudanças radicais. Sanders encanta esse público dizendo-se um “socialista democrático”. Promete acabar com as dívidas estudantis e dar educação e assistência de saúde gratuita para todos — como se houvesse almoço de graça. Também apoia o Green New Deal, um projeto apresentado pela ala mais radical do partido para transformar a economia americana a partir de bases ecológicas — outro tema caro aos mais novos.

Reprodução/redes sociais



“Paradoxo Sanders”: aos 78 anos, o preferido dos jovens

Mais da metade desses jovens cultiva uma visão positiva do socialismo. Eles se incomodam com a desigualdade social e nutrem um ressentimento contra aqueles que já conquistaram seu espaço. Sanders promete elevar os impostos para os mais ricos. Esse é, aliás, mais um de seus paradoxos. Com os direitos autorais de três livros, investimentos imobiliários e o salário como congressista, ele acumulou 2,5 milhões de dólares em patrimônio. É parte de uma exclusivíssima faixa da população americana, o 1% que mais concentra riquezas no país – a mesma elite que promete combater.

A esperança dos democratas moderados está no fato de que não são os jovens que definem as eleições nos Estados Unidos. “O apoio ao socialismo pode até ser alto entre a juventude, mas os eleitores mais velhos são em muito maior número, e eles costumam comparecer às urnas em maior porcentagem”, diz o cientista político Bruce Miroff, da Universidade de Albany, que estuda o processo eleitoral americano. “É por isso que o time de Trump parece querer Sanders como opositor em novembro.”

Os eleitores mais velhos torcem o nariz para o radicalismo de Sanders. Eles estão satisfeitos com seus planos de saúde privados e temem perder o direito com o “Medicare for All”, a expansão pública do atendimento médico. Também se preocupam com os altos custos que os programas de Sanders poderiam gerar, com o consequente impacto nas contas nacionais.

A vitória de Sanders nas primárias democratas tem potencial para assustar até mesmo independentes que se inclinaram para o Partido Democrata recentemente. “Durante o governo de Trump, muitos eleitores mais ricos que vivem nos subúrbios passaram a votar em democratas por rejeitarem o estilo combativo do presidente”, observa o cientista político americano John Miles Coleman, da Universidade da Virgínia. “Esses eleitores poderiam se afastar do partido com a proposta de aumentar os impostos dos mais ricos.”

Tia Dufour/The White House



Trump: para sua equipe, o democrata “socialista” seria o melhor rival

A desconfiança com Sanders dentro do Partido Democrata tem como base não apenas as propostas do senador, mas também suas ações. O senador, festejado pela esquerda brasileira (não faz muito tempo, ele se alinhou à turma que considera Lula injustiçado), até hoje não se filiou oficialmente à agremiação. É um independente buscando liderar o partido. Sanders não é visto como alguém que trabalha para o resto do time. Em disputas regionais, ele escolhe seus próprios candidatos, ignorando a linha partidária. Seus apoiadores chiaram quando a presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi, deu a largada ao processo de impeachment contra Trump em setembro. Para eles, Pelosi estava querendo prejudicar o senador na campanha das primárias, obrigando-o a ficar enfurnado no Congresso, em Washington.

Até a convenção partidária em julho, as prévias acontecerão em todos os estados. Caso Sanders se firme na dianteira, a maior parte dos eleitores democratas ganhará mais uma preocupação. Além de encontrar um nome para vencer Trump, eles precisarão de alguém para frear Sanders – o multimilionário Michael Bloomberg, que ainda entrará na corrida democrata, apresenta-se como uma alternativa. “É bem provável que muitos eleitores democratas acabem se unindo em torno de um pré-candidato anti-Bernie”, diz o cientista político americano Seth McKee, da Universidade Tecnológica do Texas. “Sanders realmente é um radical, mas a maioria dos eleitores não é.”

Na quinta-feira, 13, o site de estatísticas do *New York Times*, FiveThirtyEight (538 é o número de delegados no Colégio Eleitoral americano), dava que a probabilidade de nenhum pré-candidato conseguir a maioria dos delegados na convenção do partido era de 2 em 5. Bernie Sanders teria chance igual, de 2 em 5. Todos os demais candidatos, somados, disputariam com chance de 1 em 5 de obter a maioria dos delegados.



"Se tem uma coisa que o Guedes tem a caneta para fazer e não depende do Congresso é baixar as tarifas de importação"

‘O que importa é o poder de compra’

O diretor do Instituto Mises, Helio Beltrão, elogia a intuição liberal de Jair Bolsonaro, mas faz reparos às declarações de Paulo Guedes sobre a desvalorização do real frente ao dólar

14/02/2020 00:30



DUDA TEIXEIRA

► OUVIR NOTÍCIA



Engenheiro e administrador com MBA pela Universidade de Columbia, em Nova York, Helio Coutinho Beltrão, de 52 anos, é uma das principais cabeças da direita do Brasil. Em 2005, ele foi um dos fundadores do Instituto Millenium, ao lado do atual ministro da Economia, Paulo Guedes. Dois anos depois, retomou um antigo projeto e fundou o Instituto Mises, que promove as ideias do economista austríaco Ludwig von Mises.

“O Millenium está mais sintonizado com o liberalismo da geração passada, que alguns identificam como o neoliberalismo. É uma mistura entre permitir o livre-mercado e uma série de intervenções pontuais governamentais”, diz. “O Mises advoga o liberalismo clássico, que acha que escolas e hospitais, por exemplo, não devem ser geridos pelo governo.”

Beltrão se autointitula um anarcocapitalista. Para ele, mesmo funções ligadas à segurança não deveriam ser delegadas ao governo. “Quando se bota um monopólio que pode tirar a sua propriedade, na forma de impostos, para promover a segurança, a tendência é que isso não seja feito adequadamente.”

O filho do economista Hélio Beltrão, ministro do Planejamento do governo Costa e Silva, divide seu tempo entre o Mises, onde dá aulas de mentoria financeira, e a editora que fundou, a LVM. Também é conselheiro no Grupo Ultra, na Metalfrio e na Copasa. De seu escritório, a uma quadra da Avenida Faria Lima, em São Paulo, ele conversou com **Crusoé**.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que câmbio alto é bom para todo mundo. É mesmo?

As pessoas não se dão conta de que o câmbio mais alto deixa todo mundo mais pobre. O que importa, para todos nós, é o nosso poder de compra. E o Brasil não é o centro do mundo, como alguns acham. Todos esses produtos que a gente usa são feitos de commodities internacionais, de gente que estuda no resto do mundo, com tecnologia de outros países. Ainda que sejam produzidos localmente, seus custos estão impactados pela moeda forte. Quando o dólar sobe, a tendência é que todos esses materiais fiquem mais caros. Aí, nós perdemos poder de compra. No fundo, a gente quer uma boa educação para os nossos filhos, mas a mensalidade vai ficar mais cara. Como toda medida como essa (*desvalorização da moeda*), há sempre um vencedor. No caso, é o exportador. Mas o empresário que é importador perde. O cidadão perde. O consumidor perde. Aquele empresário que não sabe se importa ou exporta ou faz os dois também perde, porque seu custo vai subir. O que Guedes faz é um raciocínio neomercantilista e cepalino.



"E

mpresário chinês paga por um computador um terço do que o brasileiro paga"

Como assim?

O mercantilista acredita que a economia é um jogo de soma zero: um ganha e outro perde. Mais do que isso, ele acha que o que traz prosperidade é a acumulação de reservas, seja de ouro ou de dólar. Quem destruiu isso foi o Adam Smith. Ele disse que o que gera prosperidade é a divisão do trabalho, acúmulo de poupança, investimentos e troca voluntária. Quando digo cepalino me refiro à Cepal, um think tank latino-americano sediado em Santiago, no Chile, que foi muito importante nos anos 1960. A Cepal era desenvolvimentista, mas na verdade seus integrantes não desenvolveram nada. Eles achavam que a economia devia crescer pela atividade industrial interna. Fernando Henrique foi um dos seus principais nomes.

O sr. fundou o Instituto Millenium com o Paulo Guedes. É assim a cabeça dele?

Não. Eu sei que a cabeça dele não é mercantilista nem cepalina. Mas ele deu essas declarações. É difícil de entender. Talvez esteja pensando o seguinte: a inflação permitiu uma queda dos juros e o dólar subiu. Estão me perguntando sobre isso e eu preciso dar uma explicação. O correto seria ele não falar nada e deixar isso com o Banco Central, o que é o modus operandi no mundo inteiro. Ministro da Economia não deve falar sobre o câmbio porque isso pode ser interpretado como um afrouxamento monetário verbal. Toda palavrinha é interpretada como um direcionamento de política monetária. Quando o Guedes diz essas maluquices, ele está invadindo totalmente a seara do Banco Central. O mercado financeiro quer operar em cima disso e vai achar que o Banco Central não tem tanta autonomia. Isso é uma distorção generalizada do mercado financeiro. Ele cometeu um grande erro.

Há mais algum erro?

Ele disse também que o Brasil poderia aumentar as exportações e até substituir as importações. É um termo do Celso Furtado, da Cepal. A gente penou nas décadas de 1960 e 1970 por causa disso. Achava-se que a importação era ruim e que teríamos de substituir tudo com a produção local. Na época, havia barreiras comerciais. Substituição de importações? Isso não tem nada a ver com a cabeça dele. É um paradoxo.

Os integrantes do atual governo criam polêmicas o tempo todo. Em que medida isso tem impacto de fato?

Quando Jair Bolsonaro ou outras figuras do governo dão uma declaração, em geral eles fazem isso como parte da guerra de narrativas. Querem ganhar curtidas e polarizar. Pensam no capital político. Mas não necessariamente isso quer dizer que estão pensando em mudar a política pública. Um exemplo foi quando Bolsonaro disse que os governadores dos estados poderiam dar um exemplo e reduzir o ICMS do combustível. Se fizessem isso, o governo federal também cortaria os impostos. Foi um blefe. Nem os estados nem o governo federal podem abrir mão de arrecadação. Bolsonaro sabe disso, e isso está no jogo de narrativas. Mas, quando está se falando de câmbio, não se pode brincar. Isso é política monetária. É um pilar da política geral do governo. Fundamental. E a regra é que o ministro da Economia não pode comentar sobre o câmbio.

O sr. está decepcionado com alguma área da economia?

Sim, com a abertura comercial. Bato palmas para o acordo com a União Europeia, mas até agora não mudou nada. Se tem uma coisa que o Guedes tem a caneta para fazer e não depende do Congresso é baixar as tarifas de importação. É preciso uma negociação com o Mercosul, mas os outros países já disseram que não serão um entrave. E o Brasil é o gorila pesado do Mercosul. Só precisa avisar e diminuir as tarifas. Não está havendo, pelo que eu sei, essa disposição. Alegam que primeiro é preciso recuperar a competitividade.

Associações empresariais estão chiando. Mas essa é a mãe das reformas, porque isso torna o Brasil competitivo. O empresário chinês paga por um computador um terço do que o brasileiro paga.



No mundo inteiro, a classe dos artistas tem um viés pouco liberal"

Além dos interesses corporativos, o que mais está sabotando o Paulo Guedes?

Acho que a máquina sabota. São pessoas que estão lá, são concursadas. Em tese, estão defendendo o interesse do Brasil, mas têm uma obsessão pelo controle, um apego a procedimentos e defendem perigos que só existem na cabeça deles. São os sabotadores do avanço. Veja o que aconteceu com o Apple Watch. O último modelo consegue fazer um eletrocardiograma de um ponto só. A Anvisa falou que de jeito nenhum. Considerou que era um aparelho de saúde e que teria de ser regulado por ela. Então a Apple não pode vender Apple Watch no Brasil com essa função habilitada. Além disso, a Anvisa se deu conta de que o safado do brasileiro poderia comprar lá fora e trazer para cá e, então, pediu para a Apple instalar uma função de geolocalização para impedir que essa função estivesse disponível. Não tem nada disso na lei brasileira. Foi uma regulamentação da Anvisa, que um burocrata de lá fez.

Jair Bolsonaro é um liberal?

Ele não tem o histórico de ser um liberal de origem. Sua natureza militar faz dele um nacionalista. Agora, acho que ele tem uma enorme intuição liberal. Enorme. Foi o único político que percebeu em 2013 e 2014 que havia dois grupos em ascensão no Brasil: os conservadores e os liberais. Os dois cartazes mais comuns na Avenida Paulista eram "Menos Marx, Mais Mises" e "Olavo tem razão". Como não havia liderança política nos dois grupos, resolveu capitanear e agregar esses dois grupos. Na época, nem todo mundo percebeu essa coisa, que estava vindo de baixo há algum tempo. Ele, por ser contra o estatismo de esquerda, topou a parte liberal. Além disso, colocou um cara com autonomia para tocar isso, que é o Paulo Guedes. Talvez ele tenha agido de forma mais liberal que grande parte

dos liberais ou neoliberais. Quando faz um comentário sobre o câmbio, por exemplo, Bolsonaro também diz que não vai dar opinião nas coisas do Paulo Guedes. Poxa, isso é uma posição de estadista. Ele diz que confia no ministro, que o acha um craque.

Tem muito brasileiro hoje se dizendo liberal, mas ainda tem muita gente procurando emprego público. A mentalidade mudou?

O brasileiro procura o que é melhor para ele. Nos últimos quinze anos, a melhor oportunidade para um cidadão comum era fazer concurso público, pegar um emprego com estabilidade e salário bem pago. Na época do Lula, o setor público começou a pagar melhor que o privado. Agora, os concursos estão todos suspensos. O que o Guedes diz é que 40% do funcionalismo irá se aposentar em alguns anos. A porta de entrada estará fechada. Então o brasileiro terá de se acostumar com outra coisa.

Este governo é liberal na área de comportamento?

Não vejo o presidente querendo mudar qualquer regra para tirar direitos de igualdade entre as pessoas. Ele não fala em tirar ou em dar direitos. Bolsonaro é contra a mudança da regra do aborto, mas não fala em acabar com os três casos permitidos na lei (*risco de vida para a mãe, gravidez resultante de estupro e anencefalia fetal*). Também não prometeu nada sobre homossexuais. Tudo o que ele fala nessa área não se traduz em propostas de mudança.

E a cabeça dos artistas brasileiros?

No mundo inteiro, a classe dos artistas tem um viés pouco liberal. O artista é um intelectual com microfone. Defino o intelectual como aquela pessoa que, por causa de sua especialização em um determinado assunto, acaba sendo entrevistado para falar de outros temas que não são da sua alçada. E as pessoas o escutam. Quando fala sobre essas outras coisas, ele vira um estadista. Quer dar direitos para todo mundo, sem perceber que outro vai ter de pagar a conta. Ele dá benefícios como se o dinheiro nascesse na grama da Esplanada dos Ministérios. Para o artista ou intelectual, todo mundo tem direitos. Mas obrigar alguém a pagar a conta não é uma atitude liberal. É muito raro um intelectual ser liberal.

Parceiro dileto

14/02/2020 02:02

► OUVIR NOTÍCIA

O escritório do advogado Gustavo Severo, que recorreu aos serviços da mulher de Dias Toffoli para soltar um cliente, como [mostrou](#) a última edição semanal de **Crusoé**, é conhecido por atuar em parceria com outras figuras próximas à cúpula dos tribunais superiores. No STJ, a banca de Severo já trabalhou com a também advogada Anna Carolina Noronha, filha do presidente da corte, João Otávio de Noronha. A dobradinha se deu em um recurso ajuizado em 2016. Ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral, a advogada Luciana Lóssio é outra parceira de trabalho de Severo. Os dois aparecem juntos em uma ação ainda não julgada no mesmo STJ. Com Roberta Rangel, Severo tem parceria em outros quatro processos além daquele que resultou na soltura do capataz da fazenda de um ex-deputado de Mato Grosso. O advogado paranaense ficou conhecido em Brasília com ajuda do casal Gleisi Hoffmann-Paulo Bernardo, quando o PT ainda estava no governo, e integrou a equipe jurídica da chapa de Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Em 2018, Severo foi o [anfitrião de uma festa](#) em comemoração ao aniversário de Dias Toffoli.



Severo: parcerias de peso

De nariz torcido

14/02/2020 02:02

► OUVIR NOTÍCIA

Uma ala do Superior Tribunal de Justiça torce o nariz para o empenho do procurador-geral da República, Augusto Aras, em derrubar a delação premiada de Sérgio Cabral. Esses mesmos ministros dizem que Aras é amigo-irmão de um dos citados na colaboração do ex-governador: o ministro Humberto Martins, também corregedor nacional de Justiça. No Judiciário, Martins foi um dos mais empenhados apoiadores da campanha de Aras para chegar ao comando da Procuradoria. Antes o ministro tentou, sem sucesso, emplacá-lo como ministro do próprio STJ. Além disso, Martins é primo de um desembargador baiano que, até vestir a toga, foi sócio do escritório de advocacia de Aras.

Adriano Machado/Crusoé



Augusto Aras: amizade com ministro citado em delação

▶ OUVIR NOTÍCIA

Quase seis anos após a primeira fase da Lava Jato, o câmbio negro de dólar e euro voltou a dar as caras de fininho no entorno do célebre Posto da Torre, na região central de Brasília. O posto, onde funcionava uma casa de câmbio operada pelo doleiro Carlos Habib Chater, foi o ponto de partida da megainvestigação que levou à cadeia a cúpula nacional da política e da empreita. Discretamente, comerciantes que atuam ao redor do estabelecimento vendem e compram moedas estrangeiras à margem do sistema oficial. A área, que também abriga hotéis conhecidos da cidade, costuma ser frequentada por políticos e empresários.

Reprodução



posto que deu origem à Lava Jato: vendedores de dólar operam ali perto

O temor de grampo tem provocado situações curiosas em Brasília. O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, passou a usar chip de uma operadora telefônica francesa no celular com o qual fala com advogados, familiares e até colegas de trabalho.

Gil Ferreira/CNJ



Bruno Dantas: telefone com chip francês

Plano Huck

14/02/2020 02:02

► OUVIR NOTÍCIA

O Cidadania, partido que nutre o sonho de lançar Luciano Huck ao Planalto em 2022, está se movendo nos bastidores para filiar integrantes de movimentos de renovação da política, como o Renova-BR, ligado ao apresentador da Rede Globo. Como algumas das lideranças que estão no alvo já têm filiação, o plano é esperar a abertura da janela das trocas partidárias para anunciar os reforços. A estratégia é, obviamente, engrossar as fileiras com nomes simpáticos a Huck.

Frederico Brasil/Futura Press/Folhapress



Luciano Huck: partido quer preparar terreno para atrair apresentador

Fator Aécio

14/02/2020 02:02

► OUVIR NOTÍCIA

Jão Doria evita falar publicamente sobre o assunto, mas nas coxias da política tem esbanjado confiança quanto ao futuro de Aécio Neves no PSDB. Ele aposta que não será preciso tomar uma atitude radical para tirar o mineiro do caminho até a próxima corrida presidencial. Para Doria, o poder interno do ex-presidenciável está em franca decadência e, após as eleições municipais deste ano, deve definhar ainda mais, o que o obrigará a sair voluntariamente, sem necessidade de grandes sobressaltos. Ele só precisa combinar com Aécio e aliados, claro.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Aécio: pedra no sapato de Doria



DIOGO MAINARDI NA ILHA DO DESESPERO

JORNALISMO NÃO É FOFOCA

14/02/2020 02:02

► OUVIR NOTÍCIA

Só faltava um morto. Agora não falta mais.

Desde que o Coaf revelou que duas familiares de Adriano da Nóbrega, chefe do Escritório do Crime, estavam lotadas no gabinete de Flávio Bolsonaro, sua morte era uma certeza para mim. Assim como a morte do Coaf.

Algum tempo atrás, cheguei a publicar uma nota antevendo o destino sangrento do pistoleiro de aluguel. Um ou dois militantes bolsonaristas espernearam em nosso site. Eles estavam errados. Eu estava certo.

Apesar da hostilidade de Jair Bolsonaro, é preciso dizer que, no último ano, a imprensa acertou mais do que errou. A **Crusoé**, por exemplo, antecipou todas as etapas do bizarro encolhimento de Onyx Lorenzoni. Na quarta-feira, quando o ministro foi degolado publicamente, a revista lembrou sua reportagem sobre o assunto e comentou nas redes sociais: “JORNALISMO NÃO É FOFOCA”. Assim mesmo: aos berros.

Jair Bolsonaro berra contra a imprensa todos os dias. Deveríamos homenageá-lo com uma estátua. Nunca houve um presidente que superestimasse tanto o poder do jornalismo. A maior prova disso é que, ao mesmo tempo que ele profetiza a morte da imprensa, seus cupinchas articulam-se para montar uma rede de jornalismo chapa-branca, inaugurando sites e distribuindo propaganda estatal para emissoras de TV amigas. Vai dar certo? Não vai.

É meio humilhante ter de reconhecer que os ataques de Jair Bolsonaro podem até render-lhe uns votos. Mas é um fato: o jornalismo é impopular e temos de lidar com isso. Na última semana, a escória do bolsonarismo, insuflada por Eduardo Bolsonaro, atacou covardemente uma repórter da *Folha de S. Paulo*, acusando-a de ser uma prostituta. Não é o caso de repetir minha opinião sobre a reportagem que motivou esses ataques nojentos, porque não é disso que se trata. E não é o caso de desresponsabilizar a imprensa, como se ela fosse inimputável. Trata-se apenas de repetir, mais uma vez, que os ataques ao jornalismo só podem ser respondidos com mais jornalismo, investigando tudo — inclusive os jornalistas e o jornalismo. Eventualmente, AOS BERROS.

A boca grande de Paulo Guedes

14/02/2020 02:02



MARIO SABINO

► OUVIR NOTÍCIA

Charles-Maurice de Talleyrand Périgord. Descarte o segundo sobrenome que parece rótulo de champanhe e fique com o primeiro. Talleyrand foi um prodígio da política francesa entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Nobre de origem, foi ordenado padre quando era papista, mesmo depois de ter sido expulso do seminário. Não resistia a mulheres cisgêneras maiores de idade, uma rara preferência eclesiástica. Consagrado bispo, Talleyrand agiu contra os interesses do papa, abandonou a Igreja e se viu excomungado. Conspirou contra um ministro de Luís XVI antes da Revolução Francesa. Ao lado dos revolucionários, exilou-se nos Estados Unidos depois da execução do rei que ajudara a depor — e voltou de lá ministro. Demitido por corrupção, aliou-se a Napoleão Bonaparte e o traiu. Ajudou a restaurar o Império, foi ministro de Luís XVIII e conspirou para derrubar o irmão dele, Carlos X, e colocar no seu lugar Luís Filipe I, o “rei burguês”. O homem era mais adaptável do que Renan Calheiros. Um perigo.

Na França, Talleyrand é sinônimo de cinismo e oportunismo. Tanto que, no seu *Dicionário das Ideias Feitas*, Gustave Flaubert dedica-lhe o seguinte verbete: *Talleyrand (Príncipe de): indignar-se contra*. Em Paris, há uma rua minúscula chamada Talleyrand, que começa na Esplanada dos Inválidos, onde está a tumba de Napoleão. Durante anos, enxerguei na rua a metáfora de um quisto na grandeza napoleônica. Até que um amigo local me disse que o Talleyrand que dá nome à rua é o de um sobrinho-neto de Charles-Maurice. A minha metáfora foi para o brejo.

Talleyrand pode não ter sido um exemplo de homem público, mas tem algo a ensinar ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e outros próceres do governo de Jair Bolsonaro, para além do próprio presidente da República. Credita-se a Talleyrand a seguinte frase:

A palavra foi dada ao homem para disfarçar o seu pensamento.

O primeiro atributo de um político, qualquer que seja ele (e não adianta Paulo Guedes achar que existe ministro não político), é mentir. O segundo é mentir. O terceiro é mentir, e assim por diante, até chegar ao décimo. O décimo atributo é ser demagógico. Falar sempre o que realmente pensa é um enorme defeito para um político, não importa se o que ele pensa é verdadeiro ou não, justo ou não. Aristóteles acreditava que a demagogia estava para a democracia, assim como a tirania estava para a monarquia. Era corrupção moral. Séculos mais tarde, a realidade mostra que, não raro, a sinceridade na política é que é imoral.

No espaço de menos de uma semana, Paulo Guedes fez duas afirmações desastrosas. A primeira foi a seguinte:

O governo está quebrado. Gasta 90% da receita toda com salário e é obrigado a dar aumento de salário. O funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação, tem estabilidade de emprego, tem aposentadoria generosa, tem tudo, o hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita, o dinheiro não chega no povo e ele quer aumento automático, não dá mais. A população não quer isso, 88% da população brasileira são a favor inclusive de demissão de funcionalismo público, de reforma, de tudo para valer. Nos Estados Unidos o cara fica quatro, cinco anos sem dar um reajuste. De repente, quando ele dá um reajuste, todo mundo: 'Oh, muito obrigado, prazer.' Aqui o cara é obrigado a dar, porque o dinheiro está carimbado, e ainda leva xingamento, ovo, não pode andar de avião."

Diante da repercussão extremamente negativa, o ministro se retratou dizendo que a frase sobre parasitismo foi retirada do contexto e ele havia se referido especificamente a servidores privilegiados de governos estaduais e municipais. Não tenho dúvida de que Paulo Guedes queria exatamente dizer isso e se expressou mal. E de que existe mesmo uma casta no funcionalismo que só quer saber de parasitar a máquina pública. Ocorreu o mesmo tipo de mal-entendido — ou má intenção alheia — quando Paulo Guedes fez referência ao AI-5 numa entrevista em Washington. Quis defender a democracia, mas foi interpretado como se houvesse feito o contrário. Ele tem de aprender a contextualizar melhor, inclusive porque tirar frase do contexto é uma especialidade da oposição e contexto não cabe no espaço de uma manchete jornalística.

Vamos à segunda afirmação do ministro, agora sobre as contínuas altas do dólar:

O câmbio não está nervoso, (o câmbio) mudou. Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro do Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear no Brasil, vai conhecer o Brasil. Está cheio de coisa bonita para ver.

E ele continuou, tentando emendar o soneto:

Antes que falem: “Ministro diz que empregada doméstica estava indo para Disneylândia.” Não, o ministro está dizendo que o câmbio estava tão barato que todo mundo está indo para a Disneylândia, até as classes sociais mais... Todo mundo tem que ir para a Disneylândia conhecer um dia, mas não três, quatro vezes por ano. Porque com dólar a R\$ 1,80 tinha gente indo quatro vezes por ano. Vai três vezes para Foz do Iguaçu, Chapada Diamantina, conhece um pouquinho do Brasil, vai ver a selva amazônica. E, na quarta vez, você vai para a Disneylândia, em vez de ir quatro vezes ao ano.

Como era previsível, Lula disse que a frase do ministro era prova do que ele, Lula, vive repetindo — que os ricos brasileiros não gostam de ver pobre andando de avião. Dilma Rousseff aproveitou para chamar o ministro da Economia de “escravocrata”. Na esteira dos petistas, um bando de vigaristas vai criar ainda mais entraves às reformas que ainda precisam ser feitas e fazer um carnaval nas campanhas eleitorais com as palavras de Paulo Guedes, na linha “o governo que odeia pobre”.

A incontinência verbal do ministro foi um desastre de qualquer ponto de vista, não adianta passar paninho. Ele disse o que pensa e, pior, o que pensa não condiz com a realidade. Empregadas domésticas, talvez com a exceção das que Paulo Guedes tem na sua casa ou daquelas que viajam como babás para gente do nível econômico do ministro, não vão à Disney. A esmagadora maioria trabalha em casas de classe média versão IBGE, que não pode pagar salários mais altos e ainda tem de se virar com os encargos criados pelo PT — encargos que causaram mais desemprego entre os que não têm outro caminho a não ser o do serviço doméstico. Empregadas domésticas, além disso, não são o único sinônimo “das classes sociais mais...”, ao contrário do que acredita o ministro. “As classes sociais mais...” incluem brasileiros com boa instrução superior e capacitação técnica invisíveis do alto dos prédios da Faria Lima. Alguém também precisa informar Paulo Guedes de que cidadãos comuns não têm três, quatro férias por ano. Informo eu, tudo bem: são trinta dias por ano, mas em geral eles vendem dez dias à empresa e tiram vinte.

O que o ministro sabe, mas não disse, é que o problema não é o dólar turismo, inclusive porque, em geral, boa parte dos turistas brasileiros adota como lema “quem converte não se diverte”. Felizmente, contrair dívida para viajar é opção, não é como contrair coronavírus ou dengue. Ir à Disney, aliás, costuma sair mais barato do que viajar pelo Brasil, como sugeriu Paulo Guedes — e o dólar mais alto também puxa para cima os preços dos pacotes para Foz do Iguaçu, Chapada Diamantina e selva amazônica, destinos sugeridos por Paulo Guedes. Sem querer bancar o economista, o fato relevante é que o câmbio salgado ajuda as exportações, mas encarece importações necessárias a diversos setores econômicos brasileiros. Pode ser inevitável que o dólar se mantenha alto por causa dos juros básicos mais baixos e uma série adicional de fatores internacionais, não estou aqui para discorrer sobre o que não entendo, mas a fala desastrada do ministro abriu caminho para que especuladores inflassem ainda mais o preço da moeda americana no dia seguinte. O mandachuva da economia pode fazer festa de especulador, mesmo involuntariamente? Não, não pode. É o que ocorre quando o titular da pasta se mete a tecer considerações sobre câmbio flutuante. É curioso que ele ignore a sua capacidade de influir no dia a dia das cotações.

A minha recomendação é que Paulo Guedes — que o jornal *Extra* chamou comicamente de “Sua Excelência o ministro Caco Antibes” — faça como Talleyrand preconizou: use a palavra para disfarçar pensamentos. Sejam expressões da verdade ou não, sejam justos ou não. Ou simplesmente mantenha a boca grande fechada, como fazia Pedro Malan. Desse modo, ajudará a si próprio, o presidente da República e o Brasil das domésticas, da classe média versão IBGE e até dos ricos que geram empregos, veja só.

Mexeu com uma, mas não com todas

14/02/2020 02:02



ANA PAULA HENKEL

► OUVIR NOTÍCIA

Há 45 anos, precisamente em 11 de fevereiro de 1975, Margaret Thatcher conquistou a liderança do Partido Conservador no Reino Unido. Em uma época onde a política era dominada por homens, a trajetória da eterna Dama de Ferro não foi fácil. Thatcher assumiu o cargo de Primeira-Ministra inglesa em 1979, em plena Guerra Fria, e deixou o poder político britânico em 1990, logo após a queda do muro de Berlim. Uma das aliadas do ex-presidente americano Ronald Regan no combate ao comunismo, Thatcher alcançou marcas políticas e econômicas históricas quando assumiu o poder na Grã-Bretanha, promovendo mudanças significativas, desde a intervenção em uma sociedade dominada por sindicatos e corporações, até a reconquista do caminho de prosperidade ao travar ferrenhas batalhas para implementar medidas liberais.

Thatcher promoveu transformações profundas e deixou um legado que serve até hoje para o mundo. O programa de privatizações sob seu comando foi intenso e sua administração privatizou quase todas as empresas estatais, aliviando o estado para os problemas mais sérios da época: “O governo não sabe administrar empresas e quase sempre o faz de modo inepto”, disse em uma polêmica entrevista (hum, parece familiar?). Sob sua batuta, o governo também reduziu impostos e realizou reformas institucionais com foco na diminuição do estado e seus tentáculos. Apesar da herança recebida do Partido Trabalhista, como a recessão econômica, altos índices de desemprego e elevadas taxas de inflação, foi durante seu comando que o programa “capitalismo popular” foi instituído e milhões de ingleses se tornaram donos de suas próprias casas.

O legado de Thatcher é vasto e poderíamos dedicar esse e mais tantos outros artigos às ações e feitos dessa magnífica mulher, que não apenas esteve à frente de seu tempo no campo político, mas que inspira até hoje outras tantas mulheres a trilhar seu caminho de coragem e resiliência. O fato que me intriga, no entanto, mesmo diante de seu espólio inspirador, é ela não ser tão celebrada, e muitas vezes até demonizada, por algumas mulheres. Não deveríamos celebrar sempre os feitos de uma mulher que desmontou barreiras contra seu gênero e mostrou absoluta competência e força feminina? E é aí que nos deparamos com a hipocrisia do universo feminino e toda a sua apreciação ou indignação seletiva.

Nesta semana, durante a CPMI das Fake News (ou CPMI da Censura, como queiram), o PT armou um circo (“o PT armou um circo” seria pleonasmo ou redundância?) e saiu como verdadeiro palhaço da história. O partido mais corrupto do país convidou o depoente Hans River para que ele confirmasse ter trabalhado para a campanha de Jair Bolsonaro em 2018 na venda de mensagens em massa para aplicativos. Na teoria, o PT esperava que o depoimento pudesse corroborar com uma matéria da Folha de São Paulo de 2018 que acusava empresários ligados ao atual presidente de comprar esses disparos. O depoente, no entanto, para desespero de Rui Falcão, não confirmou ter trabalhado para a campanha de Jair Bolsonaro e ainda afirmou ter atuado na campanha petista. Hans River, a fonte da jornalista Patrícia Campos Mello que publicou a matéria em 2018, foi além e fez abjetas acusações à jornalista da Folha, sobre favores e assédio sexual. Bem, apertem os cintos, como dizem por aí, “estou no meu lugar de fala”.

Antes de mais nada, as acusações do depoente Hans River foram baixíssimas e atentaram contra a honra de uma mulher. Ponto. Dito isso, não me assusta a comoção por grande parte da imprensa, de instituições como a OAB e até do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, em favor da jornalista. O que me assusta é o silêncio dessas mesmas pessoas, principalmente as mulheres, quando na semana passada vimos um ator de quinta categoria profanar palavras horríveis à atual Secretária de Cultura, Regina Duarte. Vamos colocar as aspas do senhor José de Abreu? “Fascista a gente trata no cuspe, vagina não transforma mulher em ser humano”. Por curiosidade, corri o perfil de várias jornalistas que saíram em ferrenha defesa, e com razão, de Patrícia Campos Mello e curiosamente não encontrei uma declaração ou frase sequer sobre Regina Duarte, nenhuma palavra em defesa de sua honra como ser humano e, principalmente, como mulher. Nada. Niente.

A semana também me fez lembrar sobre o episódio envolvendo a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, quando ela relatou publicamente sua experiência na infância com pensamentos suicidas, depois de ter sido abusada sexualmente aos 6 anos. A ministra contou que chegou a subir em um pé de goiaba para beber veneno, mas que teve um “encontro” com Jesus e que isso a teria feito desistir de tirar a própria vida. Damares imediatamente virou chacota nacional entre muitos jornalistas e, para a surpresa de ninguém, também mulheres. Houve até jornalista de rádio rindo da história no ar e pedindo “um sambinha, O Bicho da Goiabeira” para encerrar o programa, enquanto dividia gargalhadas com o seu companheiro de bancada. Onde estavam os zelosos jornalistas da honra alheia feminina, estes e todos os que assinaram um manifesto essa semana a favor da jornalista da Folha, quando uma ministra, mas antes de tudo uma mulher, foi debochada depois de contar que foi abusada sexualmente aos 6 anos de idade e que pensou em tirar a própria vida?

Eu gostaria de ver um décimo da indignação que muitas dessas jornalistas demonstraram no caso da colega atacada na CPMI em situações muito similares que passam como praticamente inexistentes aos olhos dessa “comunidade feminina”. Não preciso ir muito longe, eu mesma já fui agredida publicamente por muitos perfis famosos, inclusive de jornalistas, pares das protetoras da honra feminina, por defender o esporte feminino – e as mulheres – dessa política absurda de permitir transexuais, homens biológicos, de competir com meninas e mulheres. Nenhuma delas apareceu em minha defesa quando fui chamada de nomes impubescíveis por muitos de seus conhecidos. Por que não criaram um abaixo assinado de repúdio quando o ator José de Abreu foi extremamente ofensivo com Regina Duarte? Por que ela é do governo que as jornalistas não gostam? Por que fizeram chacota de Damares Alves e silenciaram com tantas outras mulheres que têm a honra agredida publicamente? Porque elas não são defensoras das mulheres e muito menos de jornalistas. São defensoras de jornalistas mulheres que pertencem ao mesmo espectro político que elas. Se você não tem esse combo, querida, boa sorte.

O interessante, talvez diria até revelador, é que muitas mulheres que fazem questão de varrer Thatcher para fora do hall de heroínas “Girl Power”, o fazem apenas pela simples razão de que ela não pertence ao grupo ideológico do “Beautiful People”. Mas Hillary, a progressista do espectro político limpinho e ex-primeira-dama Americana que permanece casada com um predador sexual cujos rastros ajudou a esconder, é curiosamente vista como um exemplo para essas mulheres, um ícone, digna de aplausos e homenagens.

Há uma série no Netflix, uma joia perdida, chamada *"She-Wolves: England's Early Queens"* (2012), criada e estrelada pela historiadora PhD de Cambridge e escritora Helen Castor. É uma viagem com a autora pela fascinante trajetória de algumas das mulheres mais extraordinárias da monarquia britânica, daquelas que realmente desafiaram o poder, as convenções e fizeram história. Feminismo raiz e não de boutique. Logo no primeiro episódio somos apresentados a mais antiga das "lobas", chamadas assim até por Shakespeare: Matilde de Flandres (1031-1083), primeira mulher a exercer o cargo de rainha britânica com autoridade e não apenas como esposa decorativa do rei. A série ainda relembra Leonor de Aquitânia (1122-1204), Isabel da França (1295-1358), Margarida de Anjou (1430-1482), Joana Grey (1536-1554), Maria I (1516-1558) e Elizabeth I (1533-1603). Vale a pena dar uma olhada na história de mil anos que mostra mulheres que, para muitos deslumbrados e desavisados de hoje, aparentemente nunca existiram porque, provavelmente, assim como Thatcher, não pagariam o pedágio ideológico necessário da esquerda para merecer proteção.

Hillary e outras tantas adoradas e abrigadas pelo pedágio do progressismo e da social democracia passarão para a posterioridade como ícones para as mulheres? Veremos. O tíquete para a relevância nos livros de história não se compra nos guichês de partidos políticos nem nos despachantes engajados de parte da imprensa. Já as lobas de Helen Castor, junto com Margaret Thatcher, estão a salvo de modismos passageiros e fúteis, da hipocrisia e das ideologias revolucionárias de boutique, e seus nomes serão lembrados muito tempo depois que a geração da indignação seletiva tiver desaparecido. God save the real queens.

A demonização e a crítica

14/02/2020 02:02



FELIPE MOURA BRASIL

► OUVIR NOTÍCIA

A resposta de Sergio Moro aos ataques do socialista Glauber Braga, do PSOL, que o acusou de ser “capanga” das milícias, ilustra como a esquerda é a adversária mais conveniente para o governo de Jair Bolsonaro.

O ministro da Justiça e Segurança Pública lembrou que o PSOL de Braga e Marcelo Freixo foi contra todas as medidas de combate ao crime organizado propostas no projeto de lei anticrime, inclusive a de que “milícias fossem qualificadas expressamente como organizações criminosas”.

Ao tentar atrelar Moro às milícias, em razão de o ministro alegar corretamente que é da polícia fluminense, do Ministério Público do Rio de Janeiro e da Justiça do estado a responsabilidade sobre o caso de Flávio Bolsonaro, investigado por suspeita de rachadinha no gabinete onde mantinha a mãe e a mulher do miliciano Adriano da Nóbrega, o deputado Braga dá um showzinho para seus 40.199 eleitores (0,52% dos válidos), mas ajuda a tornar caricata a cobrança legítima de explicações sobre a relação do filho 01 do presidente com o ex-capitão que ele homenageou com moção de louvor e medalha na Assembleia Legislativa do Rio e que foi morto recentemente em ação policial na Bahia.

A demonização deslegitima tanto a crítica quanto a cobrança, ainda mais quando vem de quem exalta esquerdistas que pegaram em armas contra o regime militar, como fez Braga com o terrorista Carlos Marighella ao votar contra o impeachment de Dilma Rousseff.

É por isso que essa esquerda viúva da luta armada, sem autoridade moral para posar de combatente da corrupção e da impunidade, só encaixa o discurso para além de seu gueto quando membros do governo incorrem em atos e declarações que reforçam os piores estereótipos sobre liberais ou conservadores. Foi assim quando o então secretário da Cultura, Roberto Alvim, emulou um discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler; quando Paulo Guedes chamou funcionários públicos de “parasitas”, sem nem se preocupar com a generalização — e quando o mesmo Guedes disse que o dólar mais alto (R\$ 4,35 no dia) é “bom para todo mundo” e que, com a moeda americana mais baixa, “todo mundo” estava indo para a Disney, inclusive “empregada doméstica”. “Todo mundo tem que ir para a Disneylândia conhecer um dia, mas não três, quatro vezes por ano”, declarou o ministro da Economia. Os rótulos de nazista e elitista são, com frequência, usados sem razão para demonizar a direita, mas, quando seus representantes legitimam esses rótulos, haja pano para encobrir o vexame.

Fora isso, as pedras no sapato do governo e da família Bolsonaro, sobretudo da direita flaviana, são mesmo os comunicadores não esquerdistas que – sem deixar de reconhecer acertos das agendas de Guedes e Moro, por exemplo – não compactuam com rachadinha; cobram investigação e coerência; criticam a sanção presidencial de fundo eleitoral de R\$ 2 bilhões, da criação do juiz das garantias, os obstáculos à prisão preventiva e limites à delação premiada; e se recusam a colocar no balaio da militância da velha imprensa qualquer notícia incômoda ao poder, como se ele fosse a fonte da verdade oficial.

Esses comunicadores, ah, esses precisam ser fritados e calados.

Mas seguirão incomodando.

Felipe Moura Brasil é colunista da Crusoé.



RUY GOIABA

Viaje bem, viaje Guedestur

14/02/2020 00:30

► OUVIR NOTÍCIA

Nada me deixa mais feliz do que quando o Brasil escreve esta coluna por mim — ou, se não escreve, pelo menos levanta a bola redondinha para este goiaba cortar. Há temas que se impõem, e o de hoje não tem como deixar de ser Paulo Guedes demonstrando a sensibilidade social de Odete Roitman ou Caco Antibes: com o dólar baixo, até “empregada doméstica” viajava para a Disney.

Constatamos que o Bananão tem, além de um presidente tiozão do churrasco, um ministro da Economia vilão de seriado ruim da Globo (depois ele tentou consertar e ficou ainda pior: “Todo mundo tem que ir para a Disneylândia conhecer um dia, mas não três, quatro vezes por ano”. Tudo bem ir uma vez, mas vê se não abusa, ô pé-rapado). Ou o maior petista do Brasil, porque nem João Santana produziria propaganda tão boa — é só mostrar Lula falando “a elite odeia pobre andando de avião”, cortar e emendar com essa fala do Guedes.

O que ninguém percebeu até agora é a oportunidade de negócio na frase do nosso ministro Faria Limer/Lebloner: uma agência de viagens pelo Brasil, só com pacotes de baixíssimo orçamento para a pobraiada que sabe o seu lugar e não fica com essa história de viajar para a gringa. Vamos chamá-la de GUEDESTUR. E já tenho uma lista de destinos turísticos maravilhosos. Se você é empregada, tome nota; se você é patrão, mostre a lista para a sua empregada. Quem sabe ela para com essa audácia de querer ir pra Disney e subir pelo elevador social.

– Guarulhos Maravilhosa

Se você não pode viajar para a Disney, pode pelo menos ir para o aeroporto ficar vendo avião subir e descer. Depois completar com um rolê no Parque Shopping Maia – a atração número 1 da cidade, de acordo com o TripAdvisor — ou no Internacional Shopping. Mas cuidado para não juntar muito pobre nesse rolê nos shoppings, que senão alguém chama a polícia para descer o cacete.

– Cubatão Sedução

Cubatão era mais interessante nos anos 80, quando, como dizia a música do Premê, tudo era verde — incluindo casas e pessoas. Hoje, há no município um parque ecológico com belas cachoeiras, mas é obviamente mais legal passear pelas indústrias do polo petroquímico e aspirar a fumaça das chaminés.

– Fim de Semana em Long Beach

Praia Grande é um lugar clássico do litoral paulista para você viver intensamente o estereótipo do pobre. Leve frango com farofa, caixas de som e muita disposição de dar um tchibum nas águas 100% impróprias.

– Um Tour pela Avenida do Estado

Toda a delícia de flamar, às margens do Tamanduateí, pelo caminho mais feio do Ocidente. Lugar repleto de beleza essencial, naquele sentido usado por Saint-Exupéry no “Pequeno Príncipe” (“o essencial é invisível aos olhos”).

– Wet’n’Wild na Enxurrada

Para que pagar caro por um dia no parque aquático? Aproveite as chuvas e a incompetência do poder público nas capitais brasileiras, pegue seu snorkel e seu pé de pato e mergulhe de cabeça nas enchentes — ou experimente a emoção radical do surfe na enxurrada. (Pacote com leptospirose não opcional.)

- As Emoções de um Arrastão no Rio

Esse vale apenas para o pobre que mora em São Paulo — ou em outras cidades que não sejam o Rio de Janeiro — e está muito curioso para saber como é ser assaltado em lugares diferentes. Os turistas também podem brincar de “miliciano ou traficante?” e até ganhar bala de brinde no final da viagem.

- Em Busca da Perna do Rei Roberto

A Guedestur leva muito a sério a sugestão do ministro para que os brasileiros viajem a Cachoeiro de Itapemirim, a Atenas Capixaba. “Vejam que bonito”, dirá o nosso guia, “exatamente aqui passava o trem que levou a perna do nosso querido rei Roberto Carlos! São tantas emoções, bicho.”

A GOIABICE DA SEMANA

Curti demais esse remake de “O Exorcista” que está sendo filmado no Vaticano. Ainda não descobri se é o Jonathan Pryce, de “Dois Papas”, ou o Max von Sydow no papel do papa Francisco, mas a participação especial de Lula como o homem possuído pelo Cramulhão é perfeita escalação de elenco. Sai, capeta!

Reprodução/redes sociais



muito emocionante ver o papa Francisco em plena sessão de exorcismo

Canal Único PDF O Jornaleiro



Cadê o Jornaleiro, gente?!
Acesse nosso Canal no Telegram:
t.me/jornaiserevistas ou [@jornaiserevistas](https://t.me/jornaiserevistas)